

Comemoração de lateral

MARCELO DE PAIVA ABREU

Faz parte do comportamento humano que se enfatize a relevância dos sucessos e se minimize a importância dos insucessos. É claro que existem normas não escritas quanto ao que se considera balanço razoável entre ênfases e minimizações. E, também, quanto ao que se considera real sucesso. Balanços recentes de ações diplomáticas brasileiras se têm notabilizado por singular desequilíbrio e até mesmo notáveis omissões.

A reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), que ocorreu recentemente em Hong Kong, se converteu em ocasião para celebrações. No entanto, além da exposição da União Européia à execração, por sua resistência tenaz ao desmantelamento do protecionismo agrícola, o resultado da reunião foi mirrado. Apenas a fixação para 2013 - coincidente com a data de reformulação da Política Agrícola Comum - para o fim de subsídios à exportação, de limitada importância quando comparados a outros instrumentos que distorcem o comércio de produtos agrícolas. O Brasil teve liderança, mostrando, mais uma, vez, astúcia tática. Mas, para usar metáfora futebolística, é mais ou menos como se comemorasse com espalhafato um lateral favorável no campo de defesa. No futuro, outras tensões surgirão nas negociações, com maiores divergências entre os integrantes do G-20, e os EUA abandonando a postura de assistente do apedrejamento da União Européia.

Em vista dos resultados da ação diplomática brasileira em outros foros, entretanto, o Itamaraty revela bom senso ao escolher a ação na OMC como exemplo do que melhor fez a diplomacia brasileira recente. É bem verdade que a sua ação em terreno mais político é bastante perturbada pelo inepto organograma totêmico pelo qual se decidiu o governo Lula na política externa. Boa parte da responsabilidade pela política externa cabe ao Palácio do Planalto. A política externa que dali emana tem o vício fundamental de conflitar com outros aspectos do que poderia ou deveria ser o projeto estratégico do governo. A verdade é que o governo, ao ter diversos projetos, acaba não tendo nenhum. A política externa a almejar seria a que, inserida em projeto estratégico coerente de governo, buscasse ser protagônica, mas em sintonia com a busca da consolidação democrática, com a redução das disparidades sociais e com política econômica que concilie estabilização e crescimento sustentado. Mas, hoje, cabe à política externa o melancólico papel de tentar apaziguar as frações mais frenéticas da coalizão governamental com material que possa alimentar idéias tacanhas sobre o papel do Brasil no mundo.

No quadro do Mercosul o que se vê é a gradual erosão de entendimentos prévios, sem que haja compensação em termos de redução das exceções que desmoralizam o projeto de efetiva integração. É verdade que ninguém no Brasil pode ser responsabilizado pela influência da personalidade mercurial do presidente Kirchner sobre a volatilidade das posturas argentinas. Mas a leniência da diplomacia brasileira com o comportamento autocentrado e teatral do pingüino de riña - pingüim de rinha, como o chamam os rivais políticos argentinos, acostumados ao seu estilo - não parece ter trazido os frutos desejados. Até mesmo serve de estímulo à reiteração de expedientes condenáveis. A persistência do tema salvaguardas comerciais, ao arpejo de qualquer idéia razoável do que seja integração comercial, com o apoio até mesmo de moderados na Argentina, indica quão intensos são fatores de desagregação do bloco. É importante para a Argentina minimizar a diferença entre um país que paga integralmente o serviço de sua dívida e outro que paga 25%. Embora o modelo argentino, pelo menos por ora, tenha cultores brasileiros até mesmo no governo, para o Brasil a idéia obviamente não é tão interessante assim.

Qualquer dúvida que subsistisse quanto à deterioração do Mercosul, corolário da crescente influência do populismo kirchneriano, foi esclarecida pela decisão de ampliá-lo para incluir a Venezuela. A folha corrida do presidente Chávez não parece indicar que a presença venezuelana no Mercosul possa contribuir para aplainar as dificuldades entre a Argentina e o Brasil. Em contexto mais amplo, com maior número de países envolvidos, a iniciativa poderia fazer mais sentido, com a diluição do primitivo protagonismo do presidente venezuelano. Da forma como se colocou, cheira a entronização ainda mais clara do Brasil no papel de intermediário obrigatório entre toda sorte de trouble makers hemisféricos e os EUA. O ônus não parece ser facilmente compensável por concessões venezuelanas. Da mesma forma que em relação a Cuba, a manutenção de uma postura brasileira correta em relação à Venezuela, necessariamente discrepante da posição dos EUA, não deveria requerer alinhamentos de princípio que, no futuro, podem revelar-se de custosa reversão.

A postulação brasileira a um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, assunto ventilado com intensidade a partir de meados do ano e objeto de declarações presidenciais e ministeriais, simplesmente sumiu do noticiário. Com o G-4 e tudo, a concentração de escassos recursos políticos que se fez em relação ao tema se revelou, como muitos previam, ineficaz. O veto chinês não foi o único dissabor brasileiro oriundo de Beijing, à medida que a China, mercado de exportações, era identificada também como a China que concorre com produtos brasileiros no Brasil e no mundo. Sem Alca, sem União Européia-Mercosul, Mercosul à mercê de Kirchner e de Chávez, escassos negócios da China, Conselho de Segurança longínquo, OMC em crise, haja talento histriônico para comemorar.

*Marcelo de Paiva Abreu, doutor em Economia pela Universidade de Cambridge, é professor-titular do Departamento de Economia da PUC-Rio